

Brasília-DF, 29 de outubro de 2026

Denúncia de Assédio Eleitoral



Brasília / DF, 28 de outubro de 2026.

ÀS ENTIDADES SINDICAIS DE TRABALHADORES E EMPREGADORES – SINDICATOS, FEDERAÇÕES, CONFEDERAÇÕES E CENTRAIS SINDICAIS

Diante das denúncias de ameaças, assédio, discriminação e demissões motivadas pelo posicionamento político de trabalhadores após o segundo turno das eleições, recebidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) e por outros órgãos do Estado brasileiro, bem como das denúncias veiculadas pela imprensa, dirijo-me às organizações sindicais para reafirmar que a liberdade de opinião e o sigilo do voto são direitos constitucionais. Nenhum trabalhador é obrigado a revelar seu voto, nem pode sofrer ameaças, perseguições ou demissão e, tampouco, deixar de ser contratado em razão de suas convicções políticas.

A Lei nº 9.029/1995 proíbe práticas discriminatórias nas relações de trabalho, e a legislação eleitoral também prevê medidas de proteção contra condutas dessa natureza. Nos casos em que as irregularidades forem comprovadas, o Ministério do Trabalho e Emprego adotará as medidas cabíveis, incluindo fiscalização das empresas, lavratura de autos de infração e aplicação das sanções previstas em lei. Os responsáveis também poderão ser obrigados a reintegrar trabalhadores, pagar em dobro a remuneração do período de afastamento e a repará-los por danos morais individuais e coletivos, sem prejuízo de outras responsabilizações legais.

O MTE tem orientado que os trabalhadores vitimados pelas práticas de assédio procurem, em primeiro lugar, seus sindicatos. Além disso, disponibilizamos aos trabalhadores individualmente e aos sindicatos um canal específico de denúncias, acessível pelo link:

<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/servicos/trabalhador/denuncia-de-assedio-eleitoral/denuncia-de-assedio-eleitoral>

Conclamo as entidades sindicais a divulgar amplamente este posicionamento e o canal de

denúncias, utilizando suas redes sociais e demais meios de comunicação para orientar trabalhadores e empregadores, contribuindo, assim, ao enfrentamento sem fronteiras às práticas do assédio eleitoral.

A liberdade de opinião é um princípio fundamental da democracia e deve ser respeitada também no ambiente de trabalho. Ninguém pode ser constrangido, discriminado ou punido por exercer esse direito.

Recebam minhas saudações!

Luiz Marinho
Ministro do Trabalho e Emprego

Fonte: MTE

Brasília recebe 1º Simpósio de Relações Trabalhistas e Sindicais



Brasília recebe, nos dias 12 e 13 de novembro, o 1º Simpósio de Relações Trabalhistas e Sindicais, no Instituto Consenso. Especialistas, representantes do setor produtivo, profissionais do Direito e dirigentes sindicais estarão reunidos para discutir os principais desafios e perspectivas das relações de trabalho no Brasil.

O evento é promovido pelo Instituto Consenso, a CNSaúde e a Academia Brasileira de Direito do Trabalho.

A programação aborda temas que estão no centro das discussões trabalhistas, como negociação coletiva, redução da jornada, regimes especiais de trabalho, terceirização, pejetização e os impactos de decisões do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior do Trabalho.

No segundo dia, o foco será saúde e segurança no trabalho, com debates sobre insalubridade, riscos psicossociais, saúde mental, absenteísmo,

Brasília-DF, 29 de outubro de 2026

afastamentos previdenciários e gestão do retorno ao trabalho.

O evento será encerrado com uma conferência sobre o futuro das relações de trabalho, com discussões sobre sustentabilidade, proteção social, inovação e segurança jurídica.

Serviço: 1º Simpósio de Relações Trabalhistas e Sindicais

Data: 12 e 13 de novembro de 2026

Horário: dia 12, das 8h30 às 18h00, com confraternização ao final; dia 13, das 8h30 às 13h30

Local: Instituto Consenso, Brasília (DF)

Clique [aqui](#) para se inscrever

Clique [aqui](#) para conferir a programação

Fonte: Consultor Jurídico

Novo Congresso impõe desafios à governabilidade de Lula

Estudos do DIAP apontam que presidente reeleito dependerá de alianças com o Centrão e de negociações permanentes para aprovar projetos a partir de 2027



A reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), no segundo turno das eleições presidenciais, realizado no domingo (25), abre um novo ciclo político marcado pela disputa pela governabilidade. Embora tenha conquistado mais quatro anos à frente do Executivo, o presidente enfrentará um Congresso Nacional mais conservador, com forte presença da oposição e maior dependência dos partidos de centro para aprovar sua agenda.

O cenário já havia sido antecipado pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) no estudo *Cenários de base de apoio no Congresso a partir de 2027*. Segundo a projeção, Lula poderá contar com apenas 124 deputados de apoio consistente, além de 246 parlamentares de apoio condicionado e 143 de oposição. No Senado, a situação é ainda mais delicada: 16 senadores de apoio

consistente, 31 de apoio condicionado e 34 de oposição.

Os números mostram que a governabilidade dependerá de negociações permanentes. O governo precisará preservar sua base aliada e buscar apoio no Centrão, formado por partidos que não necessariamente acompanham o Executivo em todas as votações. A construção de maiorias ocorrerá, portanto, conforme os interesses das bancadas e o conteúdo de cada projeto.

Outro levantamento do DIAP, *Congresso fica mais conservador, mas bancada progressista resiste para 2027*, aponta o fortalecimento do PL, que terá 121 deputados e 28 senadores. A bancada progressista, por sua vez, elegeu 124 deputados, enquanto os partidos associados ao Centrão continuam ocupando posição estratégica na formação de maiorias.

A disputa pela governabilidade também envolverá o controle da pauta legislativa, o comando das comissões e a eleição dos presidentes da Câmara e do Senado, prevista para fevereiro de 2027. Esses espaços serão decisivos para definir quais propostas avançarão e em que condições serão negociadas.

O desafio será maior nas matérias que exigem quórum qualificado. Para aprovar emendas à Constituição, por exemplo, o governo precisará reunir pelo menos 308 votos na Câmara e 49 no Senado, em dois turnos em cada Casa. Sem maioria própria, dependerá de acordos mais amplos, inclusive com parlamentares de partidos que também integram a oposição em determinadas pautas.

O DIAP também identificou, no estudo *Direita e ultraconservadorismo têm maioria no Congresso*, o avanço da direita nas duas Casas. Na Câmara, esse campo passou de 248 deputados eleitos em 2022 para 260 em 2026. No Senado, cresceu de 32 para 48 parlamentares, ampliando sua influência sobre a agenda legislativa.

Para o movimento sindical, a nova correlação de forças exigirá acompanhamento permanente das negociações e votações, especialmente de propostas relacionadas aos direitos trabalhistas, ao serviço público e às políticas sociais.

As análises do DIAP indicam, portanto, que o principal desafio de Lula nos próximos quatro anos será transformar apoios condicionados em maiorias efetivas. Mais do que ampliar alianças, o governo terá de negociar continuamente com um Congresso fortalecido, no qual o Centrão e a oposição terão papel decisivo nos rumos da agenda legislativa.

Fonte: Diap

Brasília-DF, 29 de outubro de 2026

Governo alerta para notícias falsas sobre escala 6x1 e benefícios sociais

Declaração ocorre após publicações nas redes sociais afirmarem que, encerrada a eleição, o governo teria mudado de posição sobre algumas das medidas defendidas durante o período eleitoral.



Governo nega recuo no fim da escala 6x1 e cortes em benefícios. Reprodução/Instagram

O Governo Federal alertou para a circulação de informações falsas no período pós-eleitoral sobre um suposto recuo

no fim da escala 6x1 e possíveis cortes no Bolsa Família e no Gás do Povo.

Segundo o Executivo, a mudança constitucional que ampliou o descanso semanal dos trabalhadores permanece sem alterações, enquanto os dois programas sociais continuam funcionando normalmente, sem suspensão de pagamentos ou redução de benefícios.

O alerta ocorre após publicações nas redes sociais afirmarem que, encerrada a eleição, o governo teria mudado de posição sobre algumas das medidas defendidas durante o período eleitoral.

Em resposta, o Executivo afirmou que o texto da emenda constitucional responsável pelas mudanças na jornada de trabalho não sofreu qualquer alteração depois da votação e que também não houve decisão para reduzir os programas sociais.

"É falsa a afirmação de que, após as eleições, o governo recuou do fim da escala 6x1 e passou a preparar exclusões de categorias de trabalhadores. Não há nenhuma proposta que retire direitos em discussão no governo."

Em relação à escala 6x1, o governo afirma ser falsa a informação de que estaria preparando exclusões de categorias profissionais. A Emenda Constitucional nº 141 continua assegurando dois dias de repouso semanal remunerado, sem redução salarial, embora permita diferentes formas de distribuição das folgas e regimes específicos previstos na própria norma.

A redução da jornada será feita gradualmente. Sessenta dias após a promulgação, o limite passará para 42 horas semanais e, um ano depois, chegará a 40 horas, sempre sem redução salarial. Segundo o governo, as conversas com diferentes setores tratam apenas da implementação das novas regras.

O governo também negou cortes no Bolsa Família. O programa segue funcionando normalmente e, em

outubro, teve reajuste de 15,04%, fazendo o benefício mínimo por família passar de R\$ 600 para R\$ 691.

Também não houve corte no Gás do Povo, segundo o Executivo. O programa continua garantindo a recarga gratuita do botijão de gás de 13 quilos às famílias contempladas e possui orçamento assegurado para 2026, além de previsão de recursos na proposta orçamentária de 2027.

O Governo Federal orienta a população a consultar os canais oficiais antes de compartilhar informações. Dúvidas sobre programas sociais podem ser esclarecidas pelo Disque Social 121. Informações sobre o Bolsa Família também estão disponíveis nos aplicativos Bolsa Família e Caixa Tem e pelo telefone 111 da Caixa.

Fonte: Congresso em Foco

Sabesp recebe 116 autuações por demissões em massa

Ministério do Trabalho lavrou 116 autos de infração após investigar reestruturação da empresa privatizada; multas são estimadas entre R\$ 2,5 milhões e R\$ 3 milhões



Privatização da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) na B3 em 23 de julho de 2024 - Imagem: Rovenia Rosa/Agência Brasil

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) lavrou 116 autos de infração contra a Sabesp por irregularidades trabalhistas identificadas após a privatização da companhia, concluída em julho de 2024. Segundo a fiscalização, mais de 5 mil trabalhadores deixaram a empresa sem negociação prévia com os sindicatos.

As informações foram divulgadas em [coluna do jornalista Leonardo Sakamoto, publicada no UOL nesta terça-feira, 27 de outubro](#).

Além da falta de negociação sindical, os auditores apontaram discriminação contra empregados mais velhos e trabalhadores que moviam ações contra a empresa, indícios de assédio moral organizacional,

Brasília-DF, 29 de outubro de 2026

jornadas excessivas e falta de pagamento de horas extras.

A primeira etapa da auditoria, conduzida pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em São Paulo, foi concluída em 21 de outubro. As multas são estimadas entre R\$ 2,5 milhões e R\$ 3 milhões, mas os valores definitivos dependerão da análise dos autos em processo administrativo, no qual a companhia poderá apresentar defesa.

Redução do quadro e ausência de negociação

De acordo com a coluna, a Sabesp lançou três programas de desligamento em 14 meses após a privatização. Dados divulgados pela própria companhia ao mercado mostram que o quadro funcional caiu de 12.999 empregados, em 2022, para 8.717, em 2025, uma redução de mais de 4 mil postos.

Os registros do eSocial analisados pelos auditores indicaram que a rotatividade chegou a 32,9% em 2025. Historicamente, o índice variava entre 0,2% e 6,3% ao ano.

Para a fiscalização, a companhia descumpriu o entendimento do Supremo Tribunal Federal, no chamado Tema 638, que estabelece a necessidade de intervenção sindical prévia em dispensas coletivas. Durante a auditoria, a Sabesp informou que não possuía atas de reuniões nem acordo coletivo específico sobre os desligamentos.

Segundo o MTE, os acordos coletivos firmados desde 2022 garantiam o emprego de 98% do quadro, limitando as demissões sem justa causa a 2% ao ano. Embora os programas de demissão voluntária estivessem excluídos dessa conta, os auditores avaliaram que a cláusula não dispensava a negociação específica de uma reestruturação dessa dimensão.

O auditor fiscal do trabalho Renato Bignami, coordenador da ação, afirmou que a participação dos sindicatos poderia ter evitado ou reduzido impactos relacionados à discriminação, ao assédio, ao adoecimento e à sobrecarga dos trabalhadores.

Discriminação e pressão para adesão

A fiscalização identificou que o regulamento de um dos programas de desligamento dava prioridade a aposentados com mais idade e tempo de empresa. Entre os ex-empregados ouvidos pelos auditores, 62,5% tinham mais de 50 anos quando aderiram e 67,8% haviam trabalhado na companhia por mais de duas décadas.

Os auditores também apontaram tratamento desfavorável a trabalhadores com ações trabalhistas

em andamento. Segundo a coluna, os três programas excluíam esses empregados, a menos que renunciassem aos direitos discutidos na Justiça. Ao menos 242 trabalhadores abriram mão das ações para aderir.

Em setembro, a 3ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região anulou a cláusula de renúncia do PDV-2025, considerada abusiva e discriminatória. A decisão ainda pode ser revista pelo Tribunal Superior do Trabalho.

Um levantamento sigiloso realizado pela fiscalização com 659 ex-empregados também indicou pressão para a adesão aos programas. Apenas 19,6% consideraram sua participação totalmente voluntária; 38,1% disseram ter sofrido assédio moral e 60,9% relataram ter visto colegas sob pressão. Além disso, 81,9% afirmaram que teriam continuado na Sabesp se não fossem as circunstâncias dos programas.

Jornadas excessivas e horas extras

A análise dos cartões de ponto entre dezembro de 2025 e maio de 2026 encontrou, por amostragem, 115 infrações relacionadas à jornada e ao descanso em unidades de todo o estado. Entre os registros estavam períodos de mais de 24 horas de trabalho ininterrupto, intervalos inferiores a oito horas entre jornadas e escalas sem folga semanal.

A fiscalização apontou que a Sabesp deixou de pagar horas extras registradas em seus sistemas sob o argumento de que não haviam sido autorizadas pelas chefias. Apenas em abril e maio de 2026, teriam sido 32.148 horas não pagas a 3.497 trabalhadores.

Os auditores também constataram aumento dos afastamentos por transtornos mentais, como ansiedade, depressão e burnout. A participação desses casos no total de afastamentos previdenciários passou de 14,5% em 2020 para 26,4% em 2026.

Posicionamento da Sabesp

Em resposta ao UOL, a Sabesp informou que vem prestando os esclarecimentos solicitados pela Superintendência Regional do Trabalho e que apresentará sua defesa no prazo legal.

A companhia também afirmou que o Ministério Público do Trabalho analisou os programas de desligamento e concluiu pela legalidade das práticas adotadas. Segundo a empresa, os depoimentos colhidos na apuração negaram a existência de assédio e discriminação.

Os autos de infração lavrados pelo MTE seguem sujeitos à análise administrativa.

Fonte: Rádio Peão Brasil